

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.655.687 - SP (2020/0020919-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : CIBRASEC-COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO
ADVOGADOS : LUÍS PAULO SERPA - SP118942
JAIRO CORRÊA FERREIRA JÚNIOR - SP209508
BRUNA RODRIGUES DA SILVA - SP362738
AGRAVADO : MARLENE CASTRO NOVAIS
ADVOGADO : RENATO CASSIANO - SP372399

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por CIBRASEC-COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL – Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais – Sentença de parcial procedência, com condenação da ré ao pagamento de R\$5.000,00 a título de reparação moral – Insurgência da autora, pretendendo a majoração da indenização para R\$50.000,00.

PRELIMINAR – Não conhecimento – Alegação da apelada de que as razões recursais seriam mera reprodução da petição inicial – Não constatação – Apelante que rebateu pormenorizadamente os pontos da r. sentença com os quais não concorda – Preliminar rejeitada.

MÉRITO – Apelante que arrematou imóvel em leilão extrajudicial realizado pela apelada, efetuando o depósito do valor devido (R\$185.000,00) e da comissão do leiloeiro (R\$9.250,00), na data de 29.11.2016 – Apelada que foi comunicada de liminar deferida em ação declaratória intentada pelos proprietários do bem, na qual cancelado o leilão, em 25.11.2016 – Comunicação da apelante sobre referido cancelamento que somente foi feita em 05.01.2017, certo de que o reembolso de valores por ela despendidos se deu em 02.02.2017 – Dano moral incontroverso – Indenização estipulada em R\$5.000,00 que, de fato, deixa de cumprir com sua função pedagógica, sobretudo se considerado o grau de reprobabilidade da conduta da apelada e o seu porte econômico (grande empresa de seguro) – Extensão do prejuízo experimentado pela apelante que, igualmente, foi elevado, posto que teve frustrada a expectativa de adquirir a casa própria, realizando tratativas sobre a conclusão do negócio com a apelada durante longo período, certo de que foi privada do seu dinheiro, indevidamente, por mais de 02 meses – Indenização majorada para R\$15.000,00, montante aquém do pretendido neste recurso, mas que se mostra razoável e adequado à finalidade a que se destina – Sentença reformada, ficando mantida a distribuição dos ônus da sucumbência – RECURSO PROVIDO EM PARTE.

A parte alega violação dos arts. 186, 884, 927 e 944 do CC, no que concerne à não comprovação de dano, à inexistência de ato ilícito, ao valor arbitrado a título de danos morais e ao enriquecimento ilícito, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Salienta-se que, a decisão recorrida negou vigência aos arts. 186, 884, 927 e 944 do Código Civil, uma vez que, não restou cabalmente comprovado qualquer dano de ordem material sofrido pela Recorrida que advenha de qualquer atitude da Recorrente.

[...]

No presente caso, a Recorrente não cometeu qualquer ato ilícito para com a Recorrida, visto que, quando tomou efetiva ciência da decisão liminar, buscou de imediato contato com a Recorrida para devolução dos valores depositados, contudo, a mesma preferiu aguardar eventual reversão da decisão liminar, fato este que nem nenhum momento foi negado pela Recorrida.

[...]

No caso em contentio, a recorrida não comprovou qualquer dano de ordem moral que lhe tenha sido causado diretamente pela Recorrente e, tendo em vista que o cancelamento do leilão não se deu por vontade e culpa da Recorrente, a razoabilidade, proporcionalidade e, a análise dos fatos ocorridos, devem ser levados em consideração quando da fixação do montante a título de indenização moral.

Neste contexto, o arbitramento de verba indenizatória em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) pelas instâncias ordinárias em razão das peculiaridades esboçadas no acórdão recorrido, é extremamente exorbitante, não se revelando hipótese que autorize a superação do óbice da Súmula 7/STJ, por este Tribunal Superior.

[...]

Quando da fixação do dano moral, não restou consubstanciado a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo em vista que a condenação do quantum fixada, acarretará em um grande acréscimo patrimonial da Recorrida, demonstrando o caráter de enriquecimento ilícito desta condenação (fl. 231/233).

É o relatório. Decido.

O Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Como acima relatado, é incontroversa a configuração dos danos morais, limitando-se a apelante a questionar o quantum indenizatório, requerendo a majoração da indenização fixada em primeiro grau.

[...]

Em concreto, verifico que o grau de reprobabilidade da conduta da apelada é elevado.

E isso porque, de acordo com os documentos de fls. 23, infere-se que as transferências dos valores da arrematação e da comissão do leiloeiro foram procedidas pela apelante nas datas de 28.11.2016 e 29.11.2016.

A liminar proferida nos autos da ação nº 1001706-05.2016.8.26.0466, data de 25.11.2016 (fls. 28/29), certo de que o protocolo do ofício noticiando referida decisão à apelada, foi realizado na sua sede, em 25.11.2016 (fls. 37/38).

Como se vê, a apelada teve tempo suficiente para proceder ao cancelamento do leilão, antes mesmo que a apelante efetuasse o depósito da arrematação e da comissão do leiloeiro.

Todavia, procedeu à comunicação apenas em 05.01.2017, certo de que o efetivo reembolso dos numerários depositados, somente ocorreu em 02.02.2017 (fls. 30).

[...]

Além disso, a extensão dos prejuízos sofridos pela apelante é igualmente grande, posto que diante do longo período de tratativas junto à apelada (entre 26.11.2016 até janeiro de 2017 fls. 24/27) voltadas à conclusão da arrematação, houve maior frustração da expectativa dela em adquirir a casa própria (fls. 218/220).

Dessa forma, quanto à não comprovação de dano e à inexistência de ato ilícito, na espécie, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Ademais, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos morais, esta restringe-se aos casos em que arbitrados na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte” (AgInt no AREsp 1.214.839/SC, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 8/3/2019).

Superior Tribunal de Justiça

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.269.094/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt no AREsp 1.386.578/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 13/3/2019; e AgInt no REsp 1.761.700/RO, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 26/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente